

TRIBUNA BANCÁRIA

Jornal do Sindicato dos Bancários do Ceará – Fortaleza, 4 a 9 de julho de 2011

CUT
CONTRAF
FetecNE
DIEESE
Nº 1196

Siga o SEEB/CE no
twitter
@SEEBCE

Programa Rádio
Bancários
agora também no site
acesse:
www.bancariosce.org.br

Artigo

Um tijolo na casa coletiva deste sonho

A fome endêmica atingindo milhões de brasileiras e brasileiros acabou no Brasil, graças ao Fome Zero, às políticas do governo Lula, à participação da sociedade civil, com ações coordenadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), e ao engajamento voluntário e consciente de milhões de brasileiras e brasileiros, organizados ou não. O Brasil, agora, coloca-se outro desafio até 2014: acabar com a extrema pobreza e a miséria, que ainda estão presentes, segundo o Plano Brasil sem Miséria lançado pela presidente Dilma, na vida de 16,2 milhões de pessoas, meia Argentina.

Há hoje ainda outro problema, quase tão sério quanto a fome: a obesidade, que ameaça tornar-se crônica e atinge amplos setores da população, de A a Z, ricos, pobres e remediados, ainda que com causas, resultados e consequências diferentes para cada um. As pessoas comem mal e/ou demais.

Neste contexto e realidade, os Consesas nacional, estaduais e municipais e governos, em todos os níveis, estão preparando a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a realizar-se em Salvador de 7 a 10 de novembro de 2011, com o lema "Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos".

O mundo está em crise geral. Crise econômica, ambiental, crise de valores. O desemprego bate à porta dos países ricos, ditos desenvolvidos. Os trabalhadores dos países centrais vêm crescer a fome, até a miséria. A fome, que atingia 850 milhões de pessoas no mundo, aumentou, atingindo hoje quase 1 bilhão. Tsunamis, terremotos, enxurradas, tempestades e chuvaradas atingem todos e tudo, com consequências desastrosas, perdas materiais, mortes, choro e ranger de dentes.

Realizar uma Conferência para discutir alimentação saudável e adequada como direito de todos vai à raiz dos problemas e das soluções e ao cerne das mudanças urgentes e necessárias. A voz militante de quem quer um outro mundo possível está engajada no esforço coletivo. Não há mais o que e como esperar. Não só a fome tem pressa, como dizia Betinho. Também os direitos, também a fraternidade, também o meio ambiente, as árvores e a floresta. Não ao consumismo. Não ao lucro desenfreado. Não às guerras. Não à concentração de terra, renda, riqueza e poder. Sim à vida, sim à simplicidade, sim ao bem-viver indígena.

O Brasil e seu povo estão fazendo a sua parte. Mas há muito por andar. O caminho é longo e precisa de engajamento geral. Uma andorinha apenas não faz verão. A 4ª Conferência espera a presença, o apoio entusiasmado e soridente daqueles que continuam sonhando, daqueles que acreditam no futuro, dos homens e mulheres de boa vontade cheios de esperança e fé em si mesmos, nos outros e nas outras.

Nem gordos, nem magros. Saudáveis. Nem famintos, nem pobres, nem miseráveis, nem ricos ou super-ricos. Iguais. Sujeitos de direitos, protagonistas de um mundo justo com alimento adequado e saudável para todos e todas: homens, mulheres, jovens, idosos, crianças, adolescentes, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares e camponeses, militantes da economia solidária, acampados e assentados, vileiros e moradores de favelas, população em situação de rua, catadores de material reciclável, trabalhadores e trabalhadoras, funcionários públicos e professores.

O chamamento é este, a hora é essa. A 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é uma pedra, um tijolo na casa coletiva deste sonho. Basta você estender a mão e colocá-los no lugar devido, no lugar merecem.

Selvino Heck – Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República

PCS: Caixa mantém as regras da promoção por mérito

Foto: FENAE



A CEE/Caixa esteve reunida com a direção da empresa no dia 28/6, em Brasília (pág. 5)

TST discutirá processos de terceirização

A expectativa é que os ministros se reúnam antes do recesso (pág. 2)

Governo deve enviar ao Congresso minirreforma da Previdência

O projeto prevê redução de pensões e aumento da contribuição para mulheres (pág. 4)

Bancários do BB e CEF realizam congressos nesse fim de semana

Trabalhadores devem definir nos encontros as pautas específicas (pág. 5)

17º Congresso dos Funcionários do BNB acontece em Itamaracá (PE)

Participantes debaterão saúde, remuneração e gestão da instituição (pág. 6)

Mesa temática de Igualdade na próxima sexta-feira



A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomam no dia 8/7, às 15h, em São Paulo, a Mesa Temática de Igualdade de Oportunidades com a Fenabran em 2011. A reunião acontece após várias solicitações da Confederação e as manifestações feitas por vários sindicatos pela abolição da discriminação nos bancos (pág. 4)

IGUALDADE

Bancários rechaçam discriminação no 1º Fórum Febraban de Diversidade

A Contraf-CUT rechaçou as discriminações nos bancos, durante o 1º Fórum Febraban de Diversidade, que aconteceu no dia 27/6, em São Paulo. Apesar das políticas implementadas pelas instituições financeiras, os trabalhadores continuam lutando por igualdade de tratamento e oportunidades na contratação, na remuneração e na ascensão profissional. Segundo a secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT, Deise Recoaro, que participou da mesa redonda Perspectivas e Desafios da Diversidade, a luta contra as discriminações não tem mais volta.

Apesar dos avanços já conquistados pelos bancários, Deise disse que ainda há muito caminho pela frente, falta transparência e o momento não é o de baixar guarda. "Paga-se menos para as mulheres e os negros que assumem cargos com baixos salários e assim por diante", denunciou. "Os bancos lucram com essa política discriminatória", ressaltou Deise.

A diretora da Contraf-CUT apontou que o processo de bancarização sem bancários está aumentando a transferência de serviços bancários para os correspondentes e excluindo milhares de trabalhadores. "Essa estratégia dos bancos está fazendo com que as políticas de igualdade de oportunidades abarcarão cada vez mais um número menor de pessoas", salientou. "Temos que brecar a terceirização e a precarização do trabalho, pois isso irá trazer ainda mais desigualdade de direitos e oportunidades", alertou.

UMA LUTA QUE VEM DE



LONGE – Deise enfatizou que a pauta de igualdade de oportunidades nos bancos não veio de forma espontânea. "Pelo contrário, as instituições financeiras demoraram a admitir a necessidade de debater a questão e o assunto começou a ser pautado por meio da pressão exercida pelas entidades sindicais", lembrou. "Nossa história neste tema é longa, sendo que em 1998 o eixo da campanha salarial foi 'Igualdade e Oportunidade'".

A dirigente sindical recordou ainda outros momentos decisivos nessa luta. Em 2000, a Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), antecessora da Contraf-CUT, encorajou ao Dieese a pesquisa "O Rosto do Bancário", que traçou pela primeira vez o perfil dos trabalhadores da categoria.

Em 2001, foi criada a mesa temática de "Igualdade e Oportunidade" junto à Fenaban. Além disso, os bancos foram cobrados pelo Ministério Público do Trabalho, em 2005. A urgência na concretização das políticas que garantam a igualdade de oportunidades foi reforçada pela diretora da Contraf-CUT. "Os bancos precisam sair do campo das intenções e apostar nas negociações e na construção de acordos com os trabalhadores", defendeu.

RESPEITO À MESA DE NEGOCIAÇÕES – A dirigente sindical

chamou os bancos a assumirem a responsabilidade de respeitar o espaço privilegiado de debates e negociações, em particular a Mesa Temática de Igualdade de Oportunidades, cuja primeira reunião em 2011 será realizada no próximo dia 8/7, após quase um ano sem discussões sobre essa importante agenda dos trabalhadores.

Deise citou como exemplo o anúncio feito pela Febraban, no final de maio, da implantação da ferramenta de recrutamento online de trabalhadores, disponível em seu site. A medida foi anunciada à imprensa de maneira unilateral, ignorando que o instrumento era uma das nove propostas apresentadas pela Contraf-CUT, federações e sindicatos nos debates da mesa temática, como forma de democratizar o acesso aos bancos e evitar qualquer tipo de discriminação nas contratações.

RELACIONES COMPARTILHADAS – A dirigente da Contraf-CUT avaliou positivamente a observação da representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Fórum, que destacou a importância da paternidade responsável. Os bancários defendem a proposta da ampliação da licença paternidade para 90 dias, dentro da visão de conciliar a maternidade e a paternidade com o trabalho produtivo.

DICA CULTURAL

Espetáculo Orquídeas Vermelhas, Lobos-Guarás no Teatro Dragão do Mar

A história de Chapeuzinho Vermelho contada de uma forma diferente, tendo como cenário o nosso Brasil. Essa é a proposta de Orquídeas Vermelhas, Lobos-Guarás, em cartaz todos os sábados e domingos de julho no Teatro Dragão do Mar, no Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza.

Ihor. Dessa forma, Orquídeas Vermelhas, Lobos-Guarás ao apresentar essas personagens, que também existem no nosso país, procura despertar o questionamento e a reflexão acerca do nosso meio ambiente.

As diferenças de classes sociais, de cores, tradição e costumes são apresentados na história. O diálogo com o público juvenil também está presente através de vídeos e de cenários virtuais, que buscam também levar a uma reflexão sobre a realidade brasileira.

Assim, Orquídeas Vermelhas, Lobos-Guarás é um espetáculo que busca não apenas divertir, mas refletir. Um compromisso de todos nós, crianças, jovens e adultos. Aproveitem.

Foto: Divulgação



SERVIÇO:

ORQUÍDEAS VERMELHAS, LOBOS- GUARÁS

Local: no Teatro Dragão do Mar (Rua Dragão do Mar, 81 - Praia de Iracema – Térreo),

Datas: 02 a 31 de julho de 2011

(aos sábados e domingos), às 17 h.

Ingressos: R\$ 14,00 (inteira) e R\$ 7,00 (meia).

Informações: (85) 3488 8600 / 8608 (Dragão do Mar) e (85) 3252 3395 / 8854 3219 (ATO – Produção e Marketing Cultural).

REFORMA AGRÁRIA

Terras estão mais concentradas e improdutivas no Brasil

Dados do cadastro de imóveis do Incra, levantados a partir da auto-declaração dos proprietários de terras, apontam que aumentou a concentração da terra e a improdutividade entre 2003 e 2010.

Atualmente, 130 mil proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares. Em 2003, eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares. Mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários, que controlam em média mais de 2.400 hectares.

Os dados demonstram também que o registro de áreas improdutivas cresceu mais do que das áreas produtivas, o que aponta para a ampliação das áreas que descumprem a função social. O aumento do número de imóveis e de hectares são sinais de que mais proprietários entraram no cadastro no Incra.

Em 2003, eram 58 mil proprietários que controlavam 133 milhões de hectares improdutivos. Em 2010, são 69 mil proprietários com 228 milhões de hectares abai-

xo da produtividade média.

"Essas áreas podem ser desapropriadas e destinadas à Reforma Agrária", afirma José Batista de Oliveira, da Coordenação Nacional do MST.

Os critérios para classificar a improdutividade dessas áreas estão na tabela vigente dos índices de produtividade, que tem como base o censo agropecuário de 1975.

O número de propriedades improdutivas aumentaria se fosse utilizado como parâmetro o censo agropecuário de 2006, que leva em consideração as novas técnicas de produção agrícola que possibilitam o aumento da produtividade.

"Há um amplo território em todas as regiões do país para a execução da reforma agrária com obtenção via desapropriação, sem ameaçar a 'eficiência' da grande exploração do agronegócio", afirma Gerson Teixeira, ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e integrante do núcleo agrário do PT.

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br

Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Rua 24 de Maio, 1289 - 60020-001 - Fortaleza - Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra - Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino

Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP - Reporter: Sandra Jacinto CE01683JP

Estagiários: Anderson Lima e Cinara Sá - Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG

Impressão: Expressão Gráfica - Tiragem: 11.500 exemplares

TERCEIRIZAÇÃO

TST anuncia que discutirá tema em audiência pública

Ao decidir que as empresas de telefonia não podem terceirizar serviços de call center, um precedente que pode afetar diversas empresas no País, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) anunciou uma medida inédita: a terceirização será debatida pela Corte em uma audiência pública. Esta é a primeira vez que o TST promove uma reunião desse tipo, extrapolando a análise de aspectos meramente jurídicos para ouvir a opinião de empresas e trabalhadores sobre as causas e os efeitos das subcontratações – uma das discussões mais polêmicas na Justiça Trabalhista, travada em milhares de ações de sindicatos e empregados.

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, havia interrompido o julgamento de uma ação de um trabalhador questionando a terceirização do call center da TIM em Minas Gerais. O placar estava em oito votos contrários à terceirização e cinco admitindo

essa possibilidade. Dalazen seria o último a votar, mas voltou atrás e decidiu proferir seu voto, seguindo o entendimento da relatora, ministra Maria de Assis Calsing, contrário à terceirização. Embora a contagem dos votos já sinalizasse um ganho de causa para os empregados, o presidente do TST havia pedido vista para promover um debate mais amplo sobre o assunto. Foi quando ele sugeriu a audiência pública.

A jurisprudência do TST admite apenas a terceirização das atividades-meio - em linhas gerais, tudo aquilo que não se insere no negócio principal.

Embora a decisão envolva a penas a TIM, o precedente indica como a Corte poderá votar em outros processos envolvendo as demais operadoras, assim como o destino de quase 1,5 milhão de trabalhadores em call centers no Brasil.

A expectativa é de que os

ministros se reúnem ainda antes do recesso para escolher um caso a

ser discutido com a sociedade. Mas ainda não há data para a reunião. A proposta foi elogiada por advogados de empresas e trabalhadores.

A terceirização de serviços é objeto da Súmula nº 331 do TST, que proíbe a subcontratação de atividades-fim. Trabalhadores argumentaram que o call center se insere nessa classificação. Empresas afirmam que ela traz eficiência, reduz custos e possibilita a expansão de serviços de interesse público com tarifas menores. Trabalhadores argumentam que a terceirização é sinônimo de precarização do trabalho e fragmentação dos sindicatos.

Uma das estratégias das concessionárias é recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde a distribuidora de energia Eletroacre e a Vivo conseguiram, recentemente, duas liminares suspendendo decisões da Justiça Trabalhista contrárias à terceirização.



PCS: regras da promoção por mérito serão as mesmas aplicadas em 2010

A rodada de negociação permanente entre a Contraf/CUT, federações e sindicatos com a Caixa Econômica Federal, realizada no dia 28/6, em Brasília, definiu que para a promoção por mérito de 2011 serão utilizadas as mesmas regras aplicadas no ano passado. Serão mantidos os três critérios objetivos, com a mesma pontuação em cada um deles. A frequência valerá sete pontos; Trilha Fundamental da Universidade Caixa, dois pontos; e exame do PCMSO, um ponto.

Foi aperfeiçoada a avaliação da Trilha Fundamental. A pontuação será proporcional à progressão do empregado. Ao percorrer, por exemplo, 25% da Trilha, ele terá meio ponto. Se chegar a 50% terá um ponto. Quem atingir 90% já terá os dois pontos. Os 10 pontos correspondentes aos critérios objetivos equivalem a 60% da avaliação. Os 40% restantes são decorrência dos critérios subjetivos, que terão o mesmo formato da avaliação do ano passado, no âmbito das unidades, por suas respectivas equipes.

A Caixa manterá o comprometimento financeiro com a promoção por mérito em 1% da folha de pagamento. A empresa admitiu ainda a possibilidade de acatar a proposição das representações dos empregados e fechar já no segundo semestre deste ano as regras da promoção de 2012.

SAÚDE CAIXA – Foi acatada pela Caixa a proposta feita pelos representantes dos empregados no âmbito do GT Saúde, de suspensão da cobrança de dívidas oriundas do período de contingenciamento, para que os usuários possam conferir os valores e se manifestarem sobre a procedência ou não dos mesmos. O prazo para a manifestação será até o dia 21 de outubro. As cobranças serão retomadas

em novembro. O parcelamento passou de 18 para 24 meses. O valor mínimo de cada parcela é de R\$ 50,00.

EXTINÇÃO DAS ÁREAS DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

– Caixa apresentou alguns detalhes sobre a extinção dos setores de compensação de cheques, conforme compromisso assumido na última negociação. O prazo limite para que isso ocorra será o dia 30/9 deste ano. A área possui 105 compensadores. Todos serão absorvidos por agências de suas cidades, quando não por suas próprias unidades, sendo que 93 deles trabalham em horário noturno. A empresa informou que, por impedimento legal, eles não poderão incorporar o adicional.

Os representantes dos trabalhadores afirmaram que alguma medida reparadora deve ser tomada pela Caixa, pois alguns desses colegas recebem hoje valores expressivos há bastante tempo. A Caixa comprometeu-se a estudar medidas de redução do impacto financeiro provocado pela perda do adicional.

ESCALA DE TRABALHO

– Caixa se dispôs a iniciar negociação acerca da escala de trabalho do pessoal do telemarketing que por força de determinação do Banco Central, vem funcionando ininterruptamente, inclusive sábados e domingos. A Contraf/CUT ficou de apresentar proposta na próxima rodada de negociação. Foi também abordado o pagamento do pessoal da área de tecnologia, quando realiza horas extras em domingos ou feriados, pois a empresa remunera com adicional de 50%, quando o correto seria fazê-lo com adicional de 100%. A Caixa comprometeu-se a verificar porque isso ocorre e o tema será

retomado na próxima rodada.

APOSENTADOS – Indagada sobre o retorno da cobrança aos aposentados das mesmas tarifas praticadas para os demais clientes, a Caixa justificou tratar-se de mero problema operacional. Para cumprir a exigência do Banco Central de transformar a conta dos aposentados em conta-salário, a marcação de tarifas especial teria deixado de acontecer. Segundo os representantes da empresa, a remarcação já foi providenciada e os valores cobrados a mais serão devolvidos. O representante dos aposentados na mesa de negociação, Décio de Carvalho, cobrou explicação também para a cobrança de IOF sobre a totalidade do empréstimo consignado quando da renovação do mesmo, sendo que o correto é cobrar o imposto sobre a diferença entre o saldo devedor e o total da operação. A Caixa informou que este procedimento também está sendo corrigido.

PONTO ELETRÔNICO – Foram abordadas as diversas questões tratadas no âmbito do GT Sipon, entre elas as horas negativas, desabilitação do relógio das máquinas, abertura de mais de uma máquina pelo mesmo empregado, horas negativas, dispensa do empregado com o compromisso de realização de hora extra posteriormente e fracionamento da jornada de 6h. A Caixa assegurou que a desabilitação do relógio foi de fato detectada e que estão sendo adotadas medidas para que seja coibida. Sobre as demais questões, a empresa disse que as soluções vão exigir mais tempo, podendo se estender até o final do ano. Os representantes dos empregados cobraram agilidade nas iniciativas.

PRESSÃO

Trabalhadores com carteira assinada são os que mais sofrem assédio moral

A pressão por produtividade é um dos fatores determinantes de muitos transtornos à saúde dos trabalhadores, entre eles o assédio moral. Pesquisa realizada de janeiro de 2005 a janeiro de 2011, sob a coordenação da médica do trabalho Margarida Barreto, comprovou que os trabalhadores com carteira assinada são os que mais sofrem assédio moral em seus locais de trabalho, representando 40% do universo pesquisado.

Os servidores públicos, contratados através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), correspondem a 34%; estagiários e pessoas em experiência, 4,5%; contratados por tempo de serviço, 3,5%; temporários, 1%; e outros, 17%.

“A pressão é maior porque eles representam grandes custos para a empresa. E, hoje em dia, o que as organizações querem é menos custos e mais produtividade”, diz a médica. Quanto aos informais, temporários e estagiários, como não têm vínculo com a empresa, por não existir um contrato formal, são menos pressionados a apresentar resultados.

Ainda de acordo com a pesquisa, 68% dos casos de assédio ocorrem em grandes empresas privadas, de caráter nacional ou internacional. O sexo masculino é o que mais pratica o assédio em relação aos seus funcionários, com 46,5%, enquanto que as mulheres, na posição de chefia, chegam a 31%. Os entrevistados também responderam que a atividade é contínua, ou seja, elas acontecem várias vezes por semana (68,3%). Apenas 19,5% disseram que a prática é realizada uma vez na semana e 12,2%, uma vez ao mês.

“Para alguns, o assédio só é caracterizado quando existe algum transtorno mental ou psicossomático resultante. A comprovação é mais difícil. O assediado deveria fazer um diário em ordem cronológica das situações de assédio e anexar

e-mails, cartas, bilhetes, boletins de ocorrência, avaliações de desempenho, processos movidos contra o assediado, gravações e filmagens, entre outros. Mas nem sempre estas provas existem e nem por isso se pode duvidar da palavra do assediado”, aconselha a psicóloga Débora Miriam Raab Glina, integrante da Comissão Técnica de Saúde Mental e Trabalho da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt).

Outro indicador no estudo aponta que 14% dos entrevistados já foram vítimas de assédio sexual. Segundo Margarida, é comum nos casos de assédio sexual o uso de palavras obscenas e degradantes em 65% dos casos.

ASSÉDIO MORAL PODE LEVAR À MORTE – Ser humilhado constitui uma experiência que interfere nos sentimentos e emoções, altera o comportamento, agrava doenças pré-existentes ou desencadeia novas doenças, podendo, inclusive, culminar com a morte física da vítima. Talvez por isso, o trabalhador que se encontra desestabilizado emocionalmente, devido ao assédio moral, passa a ouvir “conselhos”, tais como que o melhor a fazer é pedir demissão e mudar de empresa. “O assediado pode procurar ajuda nos centros de referência em saúde do trabalhador, nos sindicatos e no Ministério Público, por exemplo”, acrescenta Débora.

Das consequências à saúde, temos o estado de ansiedade, angústia, transtornos leves que vão desde a tristeza, a depressão e a síndrome de burnout até a síndrome do pânico ou mesmo ideações suicidas e suicídio.

“É dever do empregador manter as condições de segurança e higiene e zelar para que o local de trabalho não se transforme em local perigoso à vida e a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras”, completa Margarida.

INDENIZAÇÃO

Justiça condena Santander a indenizar bancário assaltado ao transportar valores

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou o Banco Santander Banespa a pagar indenização de danos morais a um funcionário que foi vítima de assalto a mão armada enquanto transportava valores de motocicleta para o seu empregador. O valor arbitrado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP/Campinas) foi de R\$ 35 mil. O bancário achou pouco, devido à omissão da empresa na prestação de socorro e assistência. O TST, no entanto, rejeitou o recurso do trabalhador que pediu o aumento do valor, alegando que não encontrou condições processuais para examinar o mérito da questão.

SEM ESCOLTA – Era habitual, no dia a dia do trabalhador, transportar, em sua motocicleta, grandes somas em dinheiro entre a agência e um posto de atendimento bancário (PAB). Para isso, segundo conta, o empregador não fornecia qualquer tipo de segurança e, assim, expunha constantemente sua integridade física e mental ao risco. Tal situação culminou com um assalto a mão armada. Na ocasião, ele transportava R\$ 18 mil. Após o ocorrido, de acordo com o trabalhador, ele não recebeu qualquer auxílio por parte de seus superiores hierárquicos. Por essas

razões, requereu, na sua reclamação, indenização de R\$ 68.576,00.

Inicialmente, a Vara do Trabalho de Bragança Paulista (SP) deferiu indenização de R\$ 30 mil. Após recursos de ambas as partes, o TRT de Campinas considerou justo o pedido do trabalhador de majoração do valor e fixou-a em R\$ 35 mil. Segundo o Regional, a conduta do banco fez valer unicamente os seus interesses empresariais, submetendo o trabalhador “a uma tarefa notoriamente de risco nos dias de hoje e, pior, verificada a ocorrência, permaneceu em conduta omissa”.

Em sua fundamentação, o Regional esclarece que, na inicial, o reclamante pleiteou a importância correspondente a dois salários por ano efetivo de prestação de serviço. Assim, se trabalhou para o banco por oito anos e o último salário era de R\$ 2.143,65, o Regional chegou ao valor aproximado de R\$ 35 mil. Concluiu, então, que a pretensão de R\$ 68.576,00 extrapolava os limites do pedido, configurando extra petição.

Mesmo assim, o autor recorreu ao TST em busca do aumento do valor da indenização. Seu recurso de revista, porém, não apresentou condições para que a Sexta Turma conhecesse do apelo.

NEGOCIAÇÃO

Mesa temática de Igualdade de Oportunidades será no dia 8/7

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomam no dia 8/7, às 15h, em São Paulo, a Mesa Temática de Igualdade de Oportunidades com a Fenabanc em 2011. A reunião, a primeira desde o dia 9 de julho de 2010, acontece após várias solicitações da Confederação e as manifestações feitas por vários sindicatos pela abolição da discriminação nos bancos no dia 13 de maio.

“A retomada da mesa temática é fundamental para que possamos avançar na luta contra as discriminações dentro dos bancos, uma vez que perceberam graves diferenças na contratação, na remuneração e na ascensão profissional”, afirma Deise Recoaro, secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT.

“É um desafio que precisamos encarar, pois as desigualdades de tratamento que o movimento sindical denuncia já há muitos anos foram expostas pelas pesquisas e não é possível apenas constatar as diferenças. Queremos somar esforços para alterar esse quadro de exclusão, pois esse déficit social coloca em risco a democracia e a dignidade



dos trabalhadores e das trabalhadoras”, completa.

REUNIÃO DA CGROS –

Também no dia 8, às 10h, os integrantes da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS) se reúnem na sede da Contraf-CUT, no centro da capital paulista, para preparar os debates com os bancos.

E AS DEMAIS MESAS TEMÁTICAS? –

Apesar das

cobranças da Contraf-CUT, a Fenabanc ainda não agendou novas datas de reuniões para continuar os debates já retomados este ano pelas demais três mesas temáticas: Saúde do Trabalhador, Segurança Bancária e Terceirização. A realização de novas rodadas é fundamental para avançar nas discussões, enquanto não inicia o processo negocial da Campanha Nacional dos Bancários de 2011.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Governo quer reduzir pensões e elevar tempo de contribuição de mulheres

O governo já tem pronta uma minirreforma da Previdência, que será enviada ao Congresso ainda este ano. Elaborada pelas equipes técnicas dos ministérios da Fazenda e da Previdência, a proposta muda as regras das pensões pagas a viúvas e viúvos e traça mecanismos alternativos para o fim do fator previdenciário, com aumento da idade e do tempo de contribuição para que os trabalhadores do setor privado (INSS) possam requerer suas aposentadorias. No caso da pensão por morte, uma das mudanças é a redução no valor do benefício dos novos pedidos de concessão: hoje, a pensão corresponde ao valor integral pago ao segurado. A ideia é reduzi-la para 70%, no caso de cônjuges sem filhos menores de 21 anos.

O governo propõe também criar um prazo de validade do pagamento do benefício de dez anos para viúvas e viúvos que tenham menos de 35 anos. Acima dessa idade, a pensão permanece vitalícia. Além disso, a proposta prevê novos critérios na concessão da pensão, com distribuição para os filhos menores: em vez de ficar com 100% do benefício pago ao segurado morto, como ocorre hoje, o novo beneficiado passaria a receber 70% do valor; 30% seriam repartidos com os filhos menores (cinco no máximo). Quando um desses filhos completar 21 anos, perderá direito ao pagamento. Mas o cônjuge continuará a receber os 70%.

A mulher que se casar nova-

mente perderá direito à pensão. Para evitar casos de jovens que se casam com idosos só para ter direito à pensão do INSS, será criado um prazo de carência de 12 meses para o início do pagamento da pensão. Soma-se a isso o pagamento por, no máximo, dez anos nos casos de quem tiver menos de 35 anos.

Beneficiários atuais não seriam afetados. Ao divulgar as contas da Previdência Social em maio, o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, afirmou que o governo enviará sua proposta ao Congresso até setembro, caso não haja acordo com as centrais.

Garibaldi destacou que há consenso de que o regime de Previdência precisa passar por alterações para que seja sustentável no futuro, daqui a 20, 40 anos, devido ao envelhecimento da população. Ele reiterou, no entanto, que as medidas valerão somente para quem vier a ingressar no mercado de trabalho.

Em 2010, R\$ 70 bi gastos em pensões – Técnicos que trabalham na proposta argumentam que as despesas com pensão são muito elevadas. Foram R\$ 70,3 bilhões gastos em 2010 - 27,5% do total de despesas da Previdência (R\$ 254,9 bilhões). Além disso, o Brasil é um dos poucos países do mundo em que esse tipo de benefício é integral e vitalício.

A proposta do governo prevê também novas regras para as pensões dos servidores públicos. Hoje, os cônjuges que herdaram o benefício já têm restrições, como limitar a 70% o valor da pensão que excede o teto

do INSS, hoje em R\$ 3.680,00.

Em outra frente, o governo está decidido a impor regras duras para aceitar o fim do fator previdenciário, defendido pelo Congresso e que respondeu por uma economia de R\$ 31 bilhões nos últimos dez anos. É preciso que haja contrapartidas, inclusive para as mulheres, que estão vivendo mais. Nesse caso, as mulheres passariam a contribuir por 33 anos em vez dos 30 anos atuais, sendo mantidos os 35 anos para os homens. O tempo mínimo de contribuição para obter direito ao benefício do INSS, nos dois casos, passaria de 15 anos para 25 anos.

Essas medidas, porém, não seriam suficientes para repor a perda decorrente do fim do fator previdenciário. Foram elaboradas várias alternativas. A que mais agrada ao governo, tecnicamente, é aumentar a idade média da aposentadoria, hoje em 51 anos (mulher) e 54 anos (homem), para 53 anos e 58 anos, respectivamente. O aumento seria progressivo, sendo que, num prazo de dez anos, atingiria 63 anos e 65 anos, respectivamente.

Até os 85 pontos (mulher) e 95 pontos (homem) – somando-se a idade e o tempo de contribuição para que se tenha direito à aposentadoria integral –, que chegou a ser negociada no Congresso, também foi vetada pela Fazenda. Caso os sindicalistas insistam nesse caminho, terão que aceitar um aumento progressivo nessa conta, de forma que atinja 101 anos (mulher) e 105 anos (homem).

PROCESSO PENAL

Nova lei pode livrar centenas da prisão

A partir do próximo 5/7, presos por crimes com pena de até quatro anos de reclusão não vão mais ficar na cadeia antes da condenação e aqueles que lá já estão poderão ser soltos. A Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que altera os dispositivos do Código de Processo Penal, poderá causar sensação de impunidade à sociedade. A lei prevê aplicação de uma série de medidas cautelares e prisão só em último caso.

Na prática, aqueles que cometem furtos simples, homicídio culposo (sem intenção de matar), violência doméstica, abandono de incapaz, maus tratos, sequestro e cárcere privado, porte ilegal de arma de fogo, entre outros, só vão ficar presos se não pagarem fiança, se forem reincidentes e não tiverem residência e trabalho fixos. A restrição total de liberdade só será determinada em último caso, à exceção de crimes com mais de quatro anos de reclusão como tráfico de drogas, latrocínio (roubo seguido de morte), roubo, extorsão, tortura e homicídio doloso (com intenção de matar).

FIANÇA – Aqueles que forem detidos por crimes de até quatro anos de prisão poderão pagar fiança e serem soltos. Há casos em que o valor poderá ser arbitrado pelo delegado de Polícia. Atualmente, são poucos os crimes afiançáveis e menos ainda os que a autoridade policial podem fixar o valor a ser pago. Dirigir embriagado é um deles.

Mas a partir de 5/7 aumenta a quantidade de crimes em que os delegados poderão determinar o

pagamento. O valor da fiança varia de um a 100 salários mínimos para o delegado arbitrar e de 10 a 200 salários mínimos para o juiz, ressalvado o caso de preso sem condições econômicas, caso em que poderá ser colocado em liberdade mesmo sem pagar um tostão, o que certamente ocorrerá na maioria dos crimes de furto, por exemplo, já que essas pessoas não possuem qualquer condição financeira.

MEDIDAS CAUTELARES – Na prática, a pessoa só irá à cadeia em último caso e caberá ao juiz determiná-la ou então mandar o autor/suspeito/acusado cumprir uma série de medidas. Dentre as novas medidas que poderão ser aplicadas, antes da prisão, se destacam: comparecimento periódico em juízo; proibição de acesso ou frequência a determinados lugares; proibição de manter contato com pessoa determinada; proibição de ausentarse da Comarca; recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira; internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável; pagamento de fiança; monitoração eletrônica; prisão domiciliar para mulheres grávidas acima de sete meses ou gravidez de risco ou ainda que tenha filho menor de seis anos e pessoas idosas (acima 80 anos) ou que tenha algum problema de saúde grave ou deficiência.

INTERNET

Venda de banda larga popular a R\$ 35 mensais deve começar em três meses

No prazo de até 90 dias, as empresas de telefonia fixa deverão iniciar a oferta de internet banda larga a R\$ 35 mensais, com velocidade de 1 Mbps (megabit por segundo). O prazo para o começo do chamado PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) foi definido na quinta-feira (30/6), em uma reunião entre o Ministério das Comunicações e as operadoras Telefônica, Oi, Sercomtel e CTBC.

Antes disso, outros prazos haviam sido dados para o início do plano, sem serem cumpridos: julho, abril e dezembro de 2010 – a promessa inicial era que 100 cidades estariam conectadas à internet rápida pelo PNBL até o final do ano passado.

De acordo com a Telebras, as primeiras localidades a receber o plano serão Samambaia (DF), Recanto das Emas (DF), Santo Antônio do Descoberto (GO), Anápolis (GO), Senador Canedo (GO) e Aparecida de Goiânia (GO).

Segundo a Agência Brasil, as empresas devem assinar um termo de compromisso para oferecer o pacote de 1 Mbps a R\$ 35,00. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou que o serviço deve estar disponível em todo o País e em 70% dos domicílios até 2014 – o cronograma para isso, no entanto, ainda não está fechado. Além disso, disse que a velocidade deve aumentar para até 5 Mbps.

O acordo não determina metas de qualidade na oferta dos serviços. Por isso, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) deve votar até outubro um regulamento que estabeleça essas regras. No caso de não cumprimento, as empresas podem ter de fazer novos investimentos ou pagar multas. Nas áreas onde as companhias não puderem oferecer

banda larga fixa, poderão disponibilizar a alternativa móvel.

COMO FUNCIONARÁ – A empresa estatal Telebrás será a gestora do Programa Nacional de Banda Larga e, ao mesmo tempo, concorrente de outras operadoras privadas. O principal diferencial é que a estatal levará conexão banda larga para usuários finais apenas em localidades onde não exista oferta adequada desses serviços, por desinteresse ou falta de recursos das operadoras privadas. Ela irá utilizar a malha de fibras ópticas de 16 mil quilômetros de extensão. Ainda, a Telebrás deverá apoiar políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público.

DEFASAGEM BRASILEIRA – Uma série de estudos recentes da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) de 2008, do IBGE, CGI (Comitê Gestor da Internet) e do Sistema de Coleta de Informações (Sici) da Anatel demonstram o alto grau de concentração da internet banda larga nas regiões mais ricas.

Dos 58 milhões de domicílios existentes no Brasil, 79% não tinham acesso à internet (46 milhões). O acesso à banda larga é extremamente desigual em termos regionais no País: em alguns Estados mais isolados, como Roraima e Amapá, o acesso nos domicílios é praticamente inexistente.

Além disso, nos domicílios que contam com banda larga, a velocidade de acesso domiciliar é ainda muito baixa: predominantemente menor ou igual a 1 Mbps, o que representa 54% de todo o País.

Congresso Nacional discutirá temas como saúde e remuneração

Acontece nos dias 9 e 10/7 o 22º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. O encontro será realizado em São Paulo. São esperados 321 delegados e 17 observadores. No último dia 18/6, o Sindicato dos Bancários do Ceará realizou o Encontro Estadual, no qual foram escolhidos nove delegados para o Congresso.

De acordo com o funcionário do BB e secretário-geral da Contraf-CUT, Marcel Barros, que está na coordenação dos encontros desde 1996, o objetivo é consolidar a pauta de reivindicações dos funcionários, bem como discutir o banco que a sociedade brasileira precisa. "Temos que pressionar para que o BB, como banco público que desempenha papel determinante no sistema financeiro, garanta condições dignas de trabalho a seus funcionários em todo o País", afirmou.

PRAZOS – O prazo para a realização dos fóruns preparatórios, as assembleias e encontros em todo o Brasil, além da eleição dos delegados, foi até o dia 2/7.

Um delegado deve ser eleito a cada 300 trabalhadores do BB na base sindical ou uma fração



PRINCIPAIS TEMAS E REIVINDICAÇÕES DO BB

- Segurança bancária;
- Banco público (internacionalização, metas de produtos bancários, terceirização e correspondentes bancários);
- Saúde (Cassi, Brasil Dental, Fusesc, Economus);
- Remuneração e jornada (piso e interstícios da carreira, pontuação da carreira de mérito, jornada de seis horas para comissionados);
- Previdência (Planos 1 e Futuro, Fusesc, Economus, Prev BEP);
- Combate ao Assédio Moral;
- Fim da pressão por metas;
- PLR melhor, mas com manutenção das condições dignas de trabalho;
- Debate sobre o papel dos correspondentes bancários e suas condições de trabalho.

maior ou igual a 150. Em relação aos observadores, podem ser indicados até no máximo de 5% da delegação efetiva. Serão considerados delegados natos os membros efetivos da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil.

Cada federação foi responsável pela inscrição de toda sua delegação. Na hora da inscrição, as federações fizeram a distribuição proporcional dos delegados em quatro grupos: G1-Remuneração e Jornada; G2-Saúde; G3 Previdência e G4-Banco Público.

CAIXA

27º Conecef reúne empregados de todo o País

O 27º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), acontecerá nos dias 9 e 10/7, em São Paulo. O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou, dia 18/6, o Encontro Estadual para a escolha de seus delegados e observadores a esse Congresso. Adelegação do Ceará terá 11 delegados (oito da ativa e três aposentados).

Os pontos do temário do 27º Conecef são: organização do movimento; saúde do trabalhador; condições de trabalho; Saúde Caixa; Funccef/Aposentados; segurança bancária; correspondente bancário; jornada de trabalho; Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon); conselheiro representante e isonomia de direitos entre novos e antigos empregados, entre outros assuntos.

O 27º Conecef reunirá um total de 406 delegados, entre empregados da ativa e aposentados, além de observadores. As diretrizes para a organização do 27º Conecef foram aprovadas pela Contraf/CUT, assessorada pela CEE/Caixa.

Os integrantes da CEE/Caixa – um por federação e um representante da Contraf/CUT – participam do 27º Conecef na condição de delegados natos. Com direito apenas a voz, os observadores foram indicados no limite de até 10% da delegação efetiva. Para o 27º Conecef, o critério de participação foi estabelecido em um delegado para cada 300 empregados da Caixa na base, ou fração maior ou igual a 150, considerada a base estadual e garantindo-se dois delegados por estado, no mínimo.

Os fóruns preparatórios foram de caráter estadual ou regional, sen-



PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS EMPREGADOS DA CAIXA

- Combate à terceirização;
- Combate ao assédio moral;
- Luta pela isonomia;
- Revisão dos processos de promoção;
- Processo Seletivo Interno com transparência;
- Valorização do papel de banco público com valorização do empregado
- Organização do movimento;
- Saúde do trabalhador;
- Condições de trabalho;
- Saúde Caixa; Funccef/Aposentados;
- Segurança bancária;
- Correspondente bancário;
- Jornada de trabalho;
- Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon);
- Conselheiro representante
- Ionomia de direitos entre novos e antigos empregados.

do que cada delegação ficou limitada a 50% do número de participantes nesses fóruns. Fica assegurada ainda a cota de 30% de gênero, conforme critérios estabelecidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A participação dos aposentados fica assegurada na mesma proporção dos empregados da ativa, garantindo-

se, no mínimo, um delegado por estado. Tal como ocorreu em anos anteriores, a edição 2011 do Conecef antecede a 13ª Conferência Nacional dos Bancários, de modo a facilitar os debates acerca das especificidades dos empregados da Caixa, durante as negociações da mesa permanente.

DANOS MORAIS

TST condena banco por gerente que sugeriu uso de favores sexuais para cumprir metas

É legítimo ao empregador exigir de seus empregados o cumprimento das metas por ele fixadas, desde que isso não cause constrangimento, humilhação e degradação à imagem do trabalhador. Com esse entendimento, a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve condenação do Banco Santander em danos morais a uma ex-empregada que ouviu, de seu superior hierárquico, a ordem de que deveria cumprir as metas do banco, ainda que fosse necessária a troca de favores sexuais.

A bancária foi admitida em junho de 1978 como escrivária, e desligou-se da empresa em maio de 2005, por ocasião de sua aposentadoria. Na época, exercia a função de caixa na agência de Sorocaba (SP). Segundo relatou na inicial, os funcionários do banco sempre trabalharam sob constante pressão para o cumprimento de metas.

A empregada contou que, numa das reuniões, o gerente regional teria utilizado palavras de baixo calão para insinuar que as metas deveriam ser cumpridas de qualquer forma, ainda que com troca de favores sexuais – insinuação feita por meio de outra expressão, impublicável, que consta da peça inicial. Segundo a bancária, a insinuação constrangeu a todos, e alguns colegas chegaram a chorar, envergonhados. Ela pediu indenização no valor de R\$ 55 mil.

O banco, em contestação, negou o fato. Disse que jamais um preposto seu agiu de forma a causar dano a outro empregado, e desafiou a bancária a aprovar o alegado. Em complemento, argumentou que ela não tinha metas a cumprir, já que tais metas diziam respeito ao setor comercial da empresa, e não aos caixas.

Na fase de apresentação de provas, no entanto, as testemunhas confirmaram a versão da empregada, inclusive a ofensa praticada pelo gerente.

O banco recorreu, em vão, ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP). O colegiado,

ao manter a condenação, destacou que ficou devidamente comprovada a tese inicial de que o gerente se utilizou de expressões chulas durante reunião em que cobrava metas dos subordinados.

A condenação foi mantida também no TST. O ministro Vieira de Mello Filho, ao analisar o recurso de revista do Santander, disse que as instâncias ordinárias agiram em conformidade com a Constituição Federal, que em seu artigo 5º, inciso X, prevê a proteção à intimidade, à honra e à imagem das pessoas.

A ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, que naquela sessão completou o quorum da Primeira Turma, seguiu o voto do relator e assinalou a importância dos cursos de qualificação de gerentes a fim de orientar os ocupantes de cargos de direção quanto aos limites das cobranças impostas aos empregados.

O presidente da Turma, ministro Lelio Bentes Corrêa, também se manifestou, destacando a necessidade de mudança de mentalidade das empresas que impõem o terrorismo como forma de pressão para o cumprimento de metas. "Na visão de alguns empresários, esse tipo de gerente é bom, porque vai intimidar tanto os empregados que eles vão dar um jeito de cumprir as metas", disse ele.

Para o ministro Vieira de Mello, o gerente regional, na condição de autoridade designada pelo banco, deixou de eleger o caminho da humilhação, "trajetória inversa daquela que nos indica o caminho da honra e da retidão". Segundo ele, a responsabilidade do banco é inquestionável, "e a sua atitude em se debater pelas instâncias da Justiça do Trabalho, na tentativa de se isentar da reparação devida, faz corar até mesmo a face de um frade de pedra". O recurso do banco não foi conhecido, permanecendo intacto o valor da condenação.

ARTICULAÇÃO

Dia Nacional de Mobilização da CUT abre campanhas por aumentos reais

A CUT realiza na próxima quarta-feira, 6/7, o Dia Nacional de Mobilização da CUT. A atividade vai marcar a abertura das lutas do segundo semestre e das campanhas por aumentos reais de salários, contra as tentativas conservadoras de associar os salários ao risco de descontrole da inflação. Essas campanhas vão representar a luta dos trabalhadores para avançar na direção das mudanças sociais no Brasil.

Para a Direção Nacional da CUT, que esteve reunida dia 30/6, em Guarulhos, região metropolitana de São Paulo, o 6 de julho será um marco histórico para reafirmar ao Brasil que a CUT deseja outro modelo de desenvolvimento, que aprofunde a distribuição de renda e altere os rumos do atual modelo concentrador da política econômica. O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, ressalta que, apesar de representar uma vitória, a ampla aliança que elegeu a presidente Dilma Rousseff aumenta a responsabilidade dos movimentos sociais. Ele exemplificou com uma série de contradições presentes dentro do governo.

"O mandato começou com o discurso para desqualificar a política

de valorização do salário mínimo e seguiu como a defesa do corte de R\$ 50 bilhões no orçamento para controlar a inflação por meio da redução do investimento. Nenhuma palavra sobre a mudança na política macroeconômica, sobre a redução de juros e, pior, sem debate, discussão ou articulação com os trabalhadores", afirmou o dirigente da CUT.

DIFERENTE DAS OUTRAS

CENTRAIS – O presidente da CUT comentou o motivo da central não realizar uma mobilização unificada e citou o que diferencia a CUT das demais centrais. "A diferença não é só de pauta, mas de concepção e prática, mesmo nos pontos em que supostamente há convergência. Todas são favoráveis à aplicação da Convenção 151, sobre negociação do setor público, mas acompanhada de unicidade e imposto sindical. A proposta deles não tem uma linha sobre negociação coletiva", criticou.

O mesmo vale para a discussão sobre o fim do Fator Previdenciário, que todas querem extinguir, mas apenas a CUT tem proposta prática para modificar (Fator 85/95).

Congresso Nacional dos Funcionários debaterá saúde, remuneração e gestão do Banco

O 17º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) acontece no próximo final de semana, dias 9 e 10 de julho, em Itamaracá (PE). A expectativa é que o encontro conte com a participação de 146 bancários, sendo que a maior delegação será a do Sindicato dos Bancários do Ceará, por ser a maior base do BNB.

Os temas que serão debatidos no evento estão divididos em três assuntos: 1) Remuneração e Jornada (Revisão do PCR, Ponto eletrônico, Plano de Funções, Passivos Trabalhistas); 2) Saúde e Previdência (Custeio CAMED, Assédio Moral, Aposentados INSS e Capef, Revisão Plano BD Capef); e 3) Banco Público (Isonomia, Terceirização, Concursados Gestão).

Os grupos de trabalho seguirão o temário. Os delegados serão distribuídos proporcionalmente em três grupos. São eles: G1 – Remuneração e jornada; G2 – Saúde e Previdência; G3 – Banco Público.

O evento está sob coordenação nacional da Contraf-CUT, Fetec/NE e Feeb-BA/SE, com assessoria da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CN-FBNB/Contraf-CUT).

“Esperamos o máximo de mobilização possível. Precisamos construir uma pauta de reivindicações que mobilize o trabalhador. Vamos precisar de disposição para o embate que nos espera na próxima campanha salarial”, avalia Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT e coordenador geral do 17º Congresso.



CONFIRA A PROGRAMAÇÃO:



DIA 9 DE JULHO

8h às 18h – Credenciamento

9h – Instalação e abertura pelo Coordenador Geral do Evento, Miguel Pereira, Secretário de Organização da Contraf-CUT.

9h30 – Aprovação do Regimento Interno/ Mesa Diretora do Congresso

10h – Palestra sobre conjuntura nacional e regional que terá como expositor o economista e professor da Universidade Federal de Alagoas, Cícero Péricles

12h30 – Almoço

14h – Instalação dos Grupos de Trabalho, com painéis simultâneos para nivelamento de informações sobre o temário de cada um dos grupos

15h – Debates e aprovação de propostas

18h30 – Jantar

TOUTROS TOQUES

Plano Nacional de Banda Larga

Serviço de acesso rápido à internet por R\$ 35,00. O acordo foi feito entre empresas de telefonia fixa e governo federal depois de meses de disputa. Um impasse sobre as sanções às empresas que não cumprirem a oferta do PNBL dificulta um acordo final. "Não estamos interessados em multar, mas se fizermos o termo sem sanções fica inócuo; aí vira só declaração de intenção", disse o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Segundo o ministro, a intenção da presidente de Dilma Rousseff é aumentar a

Maconha
O uso da droga antes dos 15 anos causa redução da memória em até 30%. A constatação é resultado da pesquisa da Universidade Federal de São Paulo apresentada no 7º Congresso Anual de Cérebro, Comportamento e Emoções, em Gramado (RS). Segundo a neuropsicológa Maria Alice Fontes, uma das pesquisadoras, o uso precoce afeta áreas como a capacidade de controlar os impulsos. O estudo foi publicado na última edição do "The British Journal of Psychiatry".

“O latim é belíssimo, porque não tem nenhuma palavra na sentença latina que seja gratuita, sem finalidade. É como deveria ser feita a política”

Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul

Agrotóxico

Há três agrotóxicos que sofrerão restrições na comercialização em 75 nações. Dois deles estão em processo de retirada no Brasil: endossulfam e aldicarbe. O terceiro, alacloro, está sendo avaliado pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. A decisão sobre a restrição aos três produtos químicos foi tomada na semana passada por representantes de 75 países, reunidos na Convenção de Roterdã, na Holanda. O comércio do endossulfam será banido a partir de 2013. O aldicarbe deve permanecer até meados de 2011. Já o alacloro está em fase de revisão pela Anvisa. A expectativa é de que a retirada do produto seja determinada

Temperatura

O ano de 2010 foi o segundo mais quente desde o final do século XIX. É o que indica um relatório da Agência Atmosférica e Oceanográfica americana (NOAA), que confirma o aquecimento do planeta. A temperatura média da Terra foi, em 2010, cerca de 0,62 grau mais quente do que a média do século XX. O ano 2010 se situou, assim, atrás de 2005, considerado o ano mais quente desde que as temperaturas começaram a ser registradas em 1880. Este informe anual, realizado em coordenação com a Sociedade Americana de Meteorologia (AMS), é uma recompilação de observações e medidas feitas por 368 cientistas em 45 países.

<input type="checkbox"/>	MODULO-USE
<input type="checkbox"/>	ENDERTEO INUSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	NAO EXISTE O N ^o INDICADO
<input type="checkbox"/>	AFLECIENDO
<input type="checkbox"/>	DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/>	RECUSSADO
<input type="checkbox"/>	ASESTRE
<input type="checkbox"/>	NAO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	OUTROS.
<input type="checkbox"/>	INFORMAGAO PRESTADA PELA PROTECTORA OU SINDICO
<input type="checkbox"/>	REINTEGRADO AO SERVICO
<input type="checkbox"/>	POSTAL EM
<input type="checkbox"/>	RUBRICA:
<input type="checkbox"/>	DATA:

